

Festas Escolares: imagens da República (1890-1930)

Renata Marcílio Cândido – PPG-USP

Este projeto de pesquisa, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, propõe-se a investigar as práticas associadas às festas escolares realizadas em escolas primárias do sistema público de ensino paulista durante o Primeiro Período Republicano, buscando compreender sua função na história da cultura e das práticas escolares. A hipótese aventada é a de que as festas promovidas nesse âmbito contribuíam de forma significativa para a difusão do projeto republicano ao darem visibilidade a atitudes e valores almejados nesse regime, bem como para a disseminação de uma imagem de escola e infância, que estava a se configurar.

Para a efetivação do projeto estão sendo utilizadas como fontes de pesquisa as produções educacionais do período, como por exemplo, a imprensa periódica educacionalⁱ e a legislaçãoⁱⁱ, dando especial destaque para as fotografias de alunos e professores relacionadas às comemorações escolares encontradas neste *corpus*, além da realização de leituras de textos para a fundamentação teórica do estudo. Essa investigação histórica busca conhecer, em sentido mais amplo, os modos pelos quais as festividades escolares se desenvolviam nos quadros da vida escolar em São Paulo no período de 1890 a 1930.

Neste contexto histórico, momento importante para a consolidação do regime político republicano, divulgava-se uma grande preocupação com a educação nacional, que passava a ser concebida pelos republicanos como a principal instância que poderia promover o desenvolvimento social e o progresso econômico do país, além de concretizar os ideais da República. A democracia, a federação e a educação constituíam-se elementos imprescindíveis para, tal como se afirmava, a “salvação” do país. O discurso dominante era de que a instrução solucionaria todos os problemas sociais, econômicos, políticos além de

promover a regeneração do homem e da sociedade. A escola emergia nesse contexto de institucionalização da nova ordem política como um marco “a sinalizar a ruptura que se pretendia instaurar entre um passado de obscurantismo e um futuro luminoso” (Carvalho, 1989, p.55)ⁱⁱⁱ.

A Proclamação da República no Brasil significou um momento de ruptura social, em que foi preciso compor um novo universo simbólico capaz de atribuir legitimidade ao novo regime político, sendo assim, o forte apelo aos valores cívicos e o culto aos símbolos nacionais emergem como uma forma de restabelecer a unidade e a integração social ameaçada pela mudança do regime político (Souza, 2000, p.178)^{iv}. Nesse momento, a escola pública se fundava não só como o lugar onde se ensinavam e se aprendiam os valores cívicos, mas como instituição guardiã desses valores, cuja ação moral e pedagógica deveria se estender para toda a sociedade (idem).

A escola não era concebida somente como a responsável pelo aprendizado dos conteúdos escolares, mas estava encarregada de uma função mais abrangente que era ensinar formas adequadas de se comportar e agir na sociedade industrializada que se instaurava, sendo que a adoção de determinados comportamentos esteve fortemente influenciada pelos valores de certos grupos sociais, geralmente das camadas sociais mais abastadas (Dussel, 2000)^v. Assim, a escola deveria privilegiar atitudes muitas vezes distantes dos modos de vida dos trabalhadores, mas que garantiriam a formação de pessoas dóceis e disciplinadas, favorecendo as exigências da modernidade (Carvalho, 1989). Neste sentido, as comemorações cívicas constituíram-se momentos importantes não só para apresentar os valores associados ao novo regime que se instaurava, mas também eram consideradas como uma maneira eficaz para disseminar valores e comportamentos considerados adequados para a transformação da sociedade.

As festas escolares eram apresentadas com muito entusiasmo na imprensa educacional do período. Geralmente publicados nas sessões de “Noticiários” e “Diversos”, estes artigos traziam além da apresentação do programa que era seguido nestas apresentações, os nomes de personagens ilustres da sociedade paulista que prestigiavam tal evento, dos alunos que eram homenageados pelo seu mérito escolar, geralmente os mesmos que ficavam como responsáveis pela leitura de algum discurso ou poema^{vi}, exposição de trabalhos realizados pelos alunos, apresentações de exercícios físicos e até a realização de jogos esportivos^{vii}. Além de enfatizarem a beleza do espetáculo e organização dos alunos, estes artigos ainda faziam apologia à iniciativa de comemorar tais datas entendidas como importantes para a construção e perpetuação da nossa memória histórica nacional e para o progresso do país^{viii}.

De acordo com Bittencourt (1988), a história enquanto disciplina escolar não era ensinada apenas nas aulas específicas destinadas a ela, mas também nas aulas de literatura, música, geografia, artes, bem como nas festas cívicas e comemorações nacionais. Para esta autora, “A missão patriótica da escola deveria ser, desde o início, a de criar a vinculação militar-povo-nação” (idem, p.49). Cintra, em sua obra *Alma Brasileira*, uma coletânea de poesias e poemas para serem declamados nas comemorações escolares, ratifica as palavras de Bittencourt ao afirmar que: “os países civilizados despertam na alma do povo, através das festas e comemorações, a nobreza de três grandes sentimentos: o amor da pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade” (Cintra, s.d, p.05).

O conteúdo da educação cívica deveria ser ministrado num dia letivo, por isso a recomendação vigente na época era a de que as datas nacionais fossem comemoradas nas escolas sempre na véspera do feriado nacional, visto que, o dia nacional deveria ser consagrado exclusivamente às festas oficiais e às festas do povo, das quais as crianças teriam o dever de participar. A determinação da véspera do dia indicado para a

comemoração do festejo foi objeto de muita controvérsia como pudemos constatar nos artigos publicados nos periódicos da época, após esta primeira determinação surgiu outra que indicava o próprio dia do feriado como o mais apropriado para os festejos escolares, entretanto, muitos professores não compareciam nestas datas alegando que não eram pagos para isto (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1917).

As inaugurações de escolas, os aniversários das instituições de ensino, a finalização das reformas dos prédios ou mudança dos edifícios para outros considerados mais apropriados também eram consideradas ocasiões especiais que deveriam ser comemoradas pelos alunos e professores e registradas nos periódicos como representativas do avanço republicano no âmbito do sistema educacional. Neste caso, podemos citar alguns exemplos localizados nos exemplares da revista *A Eschola Pública (1893-1897)*, no qual constam notícias sobre a inauguração de grupos ou edifícios escolares. Percebem-se nestes artigos sempre a presença de comentários elogiosos a iniciativa de comemorar a criação de mais uma instituição escolar, concebida naquele momento como símbolo do progresso do país. Estas cerimônias inaugurais dos edifícios escolares também foram importantes para sinalizar a diferença que se pretendia instituir entre um passado “obscuro” e “opressor”, referente ao Regime Imperial Brasileiro e um futuro promissor, a República – “em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso” (Carvalho, 1989, p. 23).

Os festejos escolares além de divulgarem os avanços, expressos através de números de edifícios construídos ou reformados, também visavam a estimular nas crianças e no povo o interesse pela escola. Este era o caso das festas de encerramento do ano letivo, conforme salienta Souza (2000): “... Nestas ocasiões, o espaço escolar transformava-se num grande palco, algumas vezes caprichosamente ornamentado, onde os alunos encenavam para a sociedade o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das

lições morais e cívicas, mediante representações teatrais, hinos, recitação de poemas, cantos, demonstração de ginástica” (p.176).

Em síntese, pudemos perceber neste primeiro momento da pesquisa como as festas eram organizadas, noticiadas e inferir qual era o valor atribuído a elas para o projeto escolar e político republicano. Neste caso, é inegável a influência destas festividades para a difusão do projeto republicano ao darem visibilidade a atitudes e valores almejados nesse regime, bem como para a disseminação de uma imagem de escola e infância, que então se configurava, principalmente através das fotografias de alunos e professores publicadas.

ⁱ Os periódicos analisados até o momento foram: *A Eschola Publica* (1893-1897), *Revista de Ensino* (1902-1918), *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926), *Revista Escolar* (1925-1927).

ⁱⁱ Decretos e leis estaduais referentes à organização do sistema educacional em seus diferentes níveis de ensino.

ⁱⁱⁱ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1989, 1ª ed., Col. Tudo é História, 87p.

^{iv} SOUZA, Rosa Fátima de. “Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas)”. In: PORTO, SANCHEZ TEIXEIRA, FERREIRA SANTOS & BANDEIRA (orgs.). *Tessituras do Imaginário: cultura & educação*. Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000, p.173-184.

^v DUSSEL, Inés. “Historias de guardapolvos y uniformes: sobre cuerpos, normas e identidades em la escuela”. In: GVIRTZ, Silvina. *Textos para repensar el día a día escolar. Sobre cuerpos, vestuários, espacios, lenguajes, rytos y modos de convivencia en nuestra escuela*. Ediciones Santillana, Buenos Aires, 2000, p. 105-132.

^{vi} CARDIM, Carlos A. Gomes. *As comemorações cívicas e As Festas Escolares*. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916, 122 p.

^{vii} Neste caso, foi bastante recorrente nas produções educacionais da época a publicação de fotos de alunos realizando exercícios físicos e ginástica. Alguns educadores da época acreditavam que a ginástica escolar moderna deveria ser o alicerce da educação intelectual e moral, como explicou Baragiola em artigo publicado na *Revista de Ensino* de junho de 1902.

^{viii} BITTENCOURT, Circe. “As ‘Tradições Nacionais’ e o Ritual das Festas Cívicas” In: PINSKY, J. NADAI, E. et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43-73.